

AS REVOLUÇÕES DO LIVRO E DA LEITURA: DO CÓDICE AO HIPERTEXTO ¹

ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER

A publicação desta breve entrevista, realizada há exatamente 10 anos, neste número temático da REVELLI, visa não apenas lembrar as reflexões de um dos mais importantes historiadores europeus da atualidade, Roger Chartier², acerca do impacto das novas formas de produção e circulação virtuais dos textos para as práticas de escrita e de leitura. Sua publicação visa também, diante das mudanças velozes e significativas ocorridas desde então, reiterar a importância de se refletir sobre as “contradições que atravessam a cultura escrita atualmente”, relativas à dimensão técnica mas também ética que se impõe ao mundo da escrita hoje. Apesar das dúvidas e desafios evocados nesta entrevista já serem outros em relação aos da atualidade imediata, eles guardam em comum com as de nosso presente atual a importância de uma melhor compreensão do passado, das relações entre as mudanças técnicas e as práticas, das apropriações diversas, da questão ética de uma produção constante, em larga escala, ubíqua e segmentada, baseada e alimentada nos dados que fornecemos dia-a-dia com nossa produção e recepção virtuais de textos.

¹ Entrevista concedida por Roger Chartier a Manuel Peña Díaz e publicada na Revista *Álabe*, n. 1, Junho de 2010. Disponível em < <http://revistaalabe.com/index/alabe/issue/view/1/showToc>>. Tradução de Jéssica de Oliveira (PPGL-UFSCar) e Luzmara Curcino (UFSCar).

² Roger Chartier (Lyon, 1945) é professor emérito no *Collège de France*, junto à cátedra *Écrit et cultures dans l'Europe moderne*, na EHESS - *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e, na condição de professor visitante, na *University of Pennsylvania*, nos EUA, e orienta estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) em Paris. Presidiu o Conselho Científico da Biblioteca Nacional da França. Entre os prêmios recebidos, destaca-se o *Annual Award de la American Printing History Association*, em 1990, o grande prêmio de História da Academia Francesa (Prêmio Gobert), em 1992. Foi-lhe outorgado o título de Doutor *honoris causa* na Universidad Carlos III, em Madrid, e o título de *Fellow* da *British Academy*, entre outros prêmios e reconhecimentos. É um dos historiadores mais reconhecidos na atualidade. Seu trabalho se concentra na História Cultural da escrita e da leitura. Foi responsável, junto com Henri-Jean Martin, pela organização da obra magna *História da Edição Francesa*, assim como do terceiro volume de *História da Vida Privada*, projeto dirigido por Georges Duby e Phillippe Ariès. É autor de uma obra cujo impacto se faz reconhecer pelas numerosas traduções em diversas línguas. Em português já conta com 15 livros traduzidos e vários artigos publicados em livros e revistas, cuja repercussão o traz ao Brasil várias vezes ao ano a convite de pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas. Entre os livros publicados no Brasil, destacamos: *Práticas da Leitura* (1996); *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (1994); *A Aventura do livro: do leitor ao navegador* (1998); *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude* (2002); *Leitura e Leitores na França do Antigo Regime* (2003); *Inscrever e Apagar: cultura escrita e literatura* (2007); *Origens culturais da Revolução Francesa* (2008). “O que é um autor”: *Revisão de uma genealogia* (2012); *A mão do autor e a mente do editor* (2014); *Do palco à página* (2017).

Manuel Peña Díaz – O professor tem destacado em seus estudos que é imprescindível distinguir as revoluções do livro das revoluções da leitura. Onde deveríamos situar a invenção de Gutenberg? E o surgimento da Internet?

Roger Chartier - As revoluções que transformaram a cultura escrita têm diversas cronologias, e elas não são sincrônicas. A invenção de Gutenberg, no século XV, em geral nomeada como uma revolução da escrita e da leitura, revolucionou de fato apenas o modo de reprodução dos textos e de produção dos livros. Ela não transformou o formato do livro, propriamente dito, e nem, imediatamente, modificou as práticas de leitura.

A invenção do livro tal como o conhecemos hoje, ou seja, a invenção do códex, ou códice, com suas folhas, páginas e encadernação, substituiu durante os primeiros séculos da Era Cristã a forma anterior do “livro”, ou seja, aquela dos rolos dos hebreus, gregos e romanos. No entanto, o surgimento do códice não transformou a técnica de reprodução dos textos, que continuaram a ser copiados à mão, até mesmo depois da invenção de Gutenberg.

As sucessivas revoluções da leitura ocorreram ao longo da Idade Média, com a transformação progressiva de uma leitura oralizada, em voz alta, para uma leitura silenciosa e visual favorecida pela inserção de brancos nos textos. Ela foi acompanhada da mudança entre a leitura prioritariamente em público para a leitura prioritariamente privada. No século XVIII, ocorre uma outra revolução da leitura, quando se dá a passagem de uma leitura prioritariamente intensiva para uma leitura mais extensiva e rápida, o que se desenvolveu em um contexto de estabilidade morfológica e técnica dos textos e dos livros.

A originalidade da revolução de nosso momento presente reside na associação de três transformações radicais: ela propõe uma nova técnica de composição, inscrição e comunicação dos textos, impõe um novo suporte aos textos (a tela dos computadores quaisquer que sejam) e, impõe ou sugere novas maneiras de ler: descontínuas, fragmentadas, segmentadas. Não devemos menosprezar a singularidade da revolução que nos fez entrar no mundo digital.

Manuel Peña Díaz – Haveria um imperialismo digital? Em função disso, podemos falar de uma crise da cultura escrita e da leitura?

Roger Chartier – Eu saberia dizer. O diagnóstico me parece ambivalente. O mundo digital multiplica os usos da escrita. Ele oferece mais facilidade para a composição dos textos, obriga

a escrever em inúmeros formulários, permite uma comunicação imediata, dá acesso a uma imensa quantidade de textos. Nessa perspectiva a crise seria criada pela proliferação indomável e incontrolável da escrita, e a escrita sendo caracterizada como algo buscado, imposto e multiplicado. Mas, deve-se enfatizar também que esta abundância textual constitui um profundo desafio para categorizar quem são os leitores, inclusive os que não nasceram como leitores de textos eletrônicos. Estes aspectos da cultura escrita remetem a noções de singularidade, originalidade e propriedade entrecruzadas.

Os textos polifônicos, abertos, móveis da textualidade digital podem ser interpretados como uma perda ou um desaparecimento das definições clássicas do que entendemos por “um livro” ou “uma obra”. Nesse sentido, pode-se pensar em uma crise da leitura se definirmos a leitura como a resposta dos leitores a uma ordem da escrita que supõe autores individualizados, estabilidade das obras e reconhecimento da propriedade intelectual.

Manuel Peña Díaz - É evidente, pois, que a revolução tecnológica atual transformou as relações entre o leitor, o texto e o autor.

Roger Chartier: Para mim, o essencial reside na transformação da relação entre fragmentos e obra. Não foi com a revolução digital que surgiu a leitura fragmentada dos textos e que os transformou em livros de lugar-comum (como no Renascimento), em antologias de extratos (como no século XIX) ou nos livros de “textos escolhidos” (como nos usos escolares do século XIX ou XX). E não é a primeira vez que uma leitura descontínua foi realizada porque ela ocorre sempre quando o leitor escolhe em um livro passagens específicas. No entanto, na cultura do códex, a materialidade do livro impunha ao leitor uma percepção, ou então uma leitura da obra em sua totalidade, coerência e identidade.

Isso não ocorre, deste modo, com os textos digitais, nos quais não é fácil, nem ao menos se espera que se estabeleça uma relação entre o fragmento destacado por uma leitura descontínua e a coerência argumentativa, demonstrativa ou estética da obra como tal.

O mundo digital aparece como um mundo de fragmentos destacados e sem encadernação, sem uma capa, o que nos permitiria identificá-los como uma totalidade, como uma obra. Surge então uma alternativa fundamental entre a imposição de uma nova ordem dos discursos – concebida como uma justaposição de fragmentos recortados – ou a possibilidade de introduzir no mundo digital os critérios e instrumentos capazes de conservar a antiga

definição de livro, não tanto como objeto material, mas de acordo com o discurso cujo sentido está situado na compreensão de sua totalidade.

Manuel Peña Díaz - Os *e-books*, os jornais eletrônicos, as enciclopédias virtuais, como estimar o impacto deste novo universo cultural sobre a propriedade intelectual e os interesses da sociedade civil?

Roger Chartier: Penso que devemos distinguir as enciclopédias virtuais, cuja estrutura fragmentada encontra no mundo digital um suporte adequado a uma busca rápida e uma atualização imediata, dos jornais ou livros, cuja identidade própria está expressada pela composição de cada número e a coexistência no mesmo suporte de vários textos reunidos por uma mesma intenção autoral ou editorial. É a partir de tal coexistência textual que o leitor pode perceber o projeto intelectual, científico, ideológico ou estético de uma revista ou de um jornal.

A contextualização puramente temática ou enciclopédica dos artigos por tema, mas não por obra ou outro tipo de conjunto de textos (revista, jornal), apaga a percepção e compreensão dessa intenção criadora. É o próprio conceito de “livro eletrônico” ou “revista eletrônica” que está ameaçado por uma técnica de inscrição da escrita. Esta técnica permite e favorece as leituras temáticas prejudicando as lógicas narrativas, demonstrativas ou argumentativas, perceptíveis pela sequência dos capítulos ou pela justaposição das matérias.

Manuel Peña Díaz - Mudam os suportes, mudam-se os gestos... Mudou também as maneiras de censurar ou é uma consequência da nova sociedade de controle que instauramos?

Roger Chartier - A possibilidade técnica de uma comunicação livre, gratuita, universal e imediata não apagou a capacidade de censurar os conteúdos e de controlar a rede por parte de Empresas privadas ou Estados despóticos e tirânicos. Apesar desta sombria observação devemos enfatizar, outra vez, as ambivalências ou contradições da nova técnica. Ela permite uma construção coletiva do saber, como se houvesse uma nova República das Letras estendida a toda humanidade. É verdade, também, o que se afirma sobre a proliferação dos erros, das falsificações, das propagandas. Estes são os desafios que devemos enfrentar, com essas mudanças técnicas. Um exemplo interessante disso é a *Wikipédia*. Se de início se tinha

bastante receio quanto à qualidade da informação alimentada coletivamente, hoje isso não mais ocorre.

Por outro lado, a rede promete uma comunicação universal e a construção de um espaço público e crítico, no qual, como escreveu Kant, cada um pode fazer uso público de sua razão. É verdade. Mas também, como vemos com o *Facebook*, a privacidade está sempre ameaçada pela circulação e apropriação das informações mais privadas que caracterizam um indivíduo. Os medos frente ao *Google* se remetem a estes dois elementos: o temor da transformação dos livros, uma vez digitalizados, em um gigantesco mercado de “informações” extraídas das obras, e a redução destas obras ao estatuto de banco de dados. São estes desafios e incertezas que nos obrigam a uma reflexão mais rigorosa (e mais histórica) sobre as contradições que atravessam a cultura escrita atualmente.